



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL. 1

ATA 05/2022

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e cinquenta e sete minutos, realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador. -----

*Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Anabela Delgado Zarro Balau, Pedro Miguel Pinto Marques, Carolina Maria Pires da Silva, João Nunes Vieira, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Ricardo Jorge Batista dos Santos, João Pedro Azevedo Pessa - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa, Maria Helena Rodrigues Vaz, Susana Dinis Gonçalo, Edmundo José Couto Barbosa, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, Rúben José Codinha Chalabardo - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Cláudio Miguel Lopes Peça, e José alberto Sequeira Vieira - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré, e Samuel Azinheira de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. **Solicitaram a substituição os Senhores:** José Alexandre Serra Sales (PS), Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda; Sara Louraço Vidal Correia da Silva (CDU), Aníbal Mota Freire (PS), Carla Alexandra Nascimento Marques Abegão (PS); Samuel António Constantino Fialho (CDU); Vasco Frederico Pires de Sousa, (CDU) Rui Pedro Marques Venâncio (PSD), António Absalão Ova dos Santos (PSD), Helena Isabel Copa da Silva (CDU) Alexandre Isaac (CDU), Sílvia Alexandra Rato Gomes (PS), Sofia Boleixa Branco (PS) e Lara João Engenheiro Maranhão (CDU). -----*

Esteve presente o executivo camarário, composto pelos Senhores Walter Chicharro, Regina Matos, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e João Paulo Delgado. ---

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. ATA DA SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2022 - Apreciação e votação

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação, os membros que não estiveram presentes na reunião. -----

LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

O Senhor Presidente deu nota de um expediente recebido no dia anterior e que será tratado em breve, que diz respeito ao representante da Assembleia Municipal da Nazaré na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que informou que à data da eleição de um elemento que foi eleito – numa lista até quatro pessoas – não reunia as condições de ser eleito, pelo facto de que não terem passado três anos de ausência do exercício por si feito na CPCJ, logo se terá de eger uma pessoa para representar a Assembleia Municipal e que será feito tão breve quanto possível. -----

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

- Usou da palavra a Senhora Deputada, Tânia Gandaio: -----

“Assembleia Municipal de 23 de Setembro de 2022: A Bancada do PSD relembra esta mesa da Assembleia e todos os presentes que até à data não nos foram enviadas, nem justificada a falta de respostas às informações solicitadas na última Assembleia M., e cabe a si Sr. Presidente assacar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL 2

responsabilidades caso contrário assume-as, pelo que teremos, ou melhor iremos proceder em conformidade, pois a democracia é assim feita e é essa a nossa missão aqui e não é, após chamadas inexplicáveis de atenção de uma responsabilidade que leva, a que entendamos o abandono da sua obrigação de respeito para com os eleitos, todos, seja a nossa bancada, e mesmo aquela a que V.^a Ex.^a pertence, e principalmente ao povo do concelho da Nazaré. -----

Começamos hoje a nossa intervenção neste período por refletir sobre o período de Verão que passámos - já que se inicia hoje outra estação, e primeiro que tudo entendemos que devemos agradecer a todos os que escolheram a nossa vila como o seu destino de férias... -----

Ao mesmo tempo consideramos que devemos refletir todos aqui presentes, e não só, da urgência de melhorar o acolhimento de quem nos visita e deixa cá o seu dinheiro. -----

Uma vez que sendo o turismo a primeira fonte de rendimento, ao ponto de representar em 90%, das fontes cativas de receita e de rendimento do concelho, seja pela via direta ou indireta; sem dúvida que o turismo é a tábuca de salvação de muitos Nazarenos, porque, diga-se pouco, ou nada mais este Município promove de forma sustentável: -----

Assim pedimos respostas a algumas questões que pedimos que se reflita, mas que se reflita sem demagogias: -----

Da visita feita a Pontevedra e do estudo que encomendaram de mobilidade onde foram “investidos” milhares de euros do erário público, prevê-se implementar no futuro próximo alguma coisa que facilite o trânsito e a mobilidade na Nazaré? -----

Ou será andamos a promover o turismo, fazendo turismo no exercício de funções públicas? -----

Já muitos disseram e volto a realçar, a nossa opinião e também de muitos nazarenos, que este executivo em poucos anos conseguiu o inimaginável, que foi ENTUPIR todo o trânsito na Nazaré, para já não dizer que transformou avenidas em autênticas ruas estreitas. -----

Foi visível neste Verão as dificuldades de circulação do trânsito na vila da Nazaré, se é que lhe podemos chamar circulação, e perguntamos se haverá algo que planeiam alterar ou criar, seja em termos de mais artérias (corredores de circulação), de modo a que o trânsito escoe na marginal da Nazaré nos dias de maior tráfego... e por toda a Nazaré, vila e acessos? -----

E sabemos que para estas medidas terem impactos terão também de assentar na rede de circulação primária, secundária e de utilização terciária, que no nosso entender não está suficientemente implementada também ao nível de transportes públicos. E caso estivesse, talvez levasse os nossos turistas a explorar zonas menos visitadas no nosso concelho. -----

Temos ainda, a acrescer as dificuldades de estacionamento, há já algumas medidas que prevejam vir a implementar em breve nas épocas altas? -----

Épocas altas diga-se - fora do verão, como na passagem de Ano, fins-de-semana prolongados, no carnaval, na páscoa, nas ondas gigantes, (que aliás já andam a promover) e que nada mais fazem, senão a levar a má memória dos que cá moram e ficam impedidos de subir ao Sítio para irem trabalhar ou até para levar os filhos à creche. -----

Não quero dizer com isto que os turistas não venham, todos são bem-vindos, mas há que, desde já, começar a planear, a informar as pessoas, para que nessa altura já saibam onde estacionar convenientemente, tendo toda a informação no espaço digital e nos locais de acesso de modo a evitar esses constrangimentos. -----



Gostaríamos de questionar ainda, V.ª Exa. sobre a presença de grades na Avenida Vieira Guimarães em lugares de estacionamento, junto a acessos para os contentores do lixo nas ruas adjacentes e que, julgamos ter sido apenas soluções de última hora o que era evidente! -----

E perguntamos: -----

Tendo sido realizada uma obra de raiz, naquela avenida o executivo não previu a transferência daqueles caixotes? -----

Vai haver a retirada daqueles lugares de trânsito? -----

Porque não basta apenas dizer na comunicação social aquando da apresentação da obra que “duplicámos os estacionamentos” ... para um ano depois, termos metade deles passarem a estar afetos a particulares, a comércio específicos, outros às ditas soluções de gaveta e a outra metade de uso abusivo. -----

E sobre a perda de centenas de lugares atrás do mercado, atendendo que este município vendeu esse terreno, tendo o promotor, com toda a legitimidade, começado a vedar o seu terreno em pleno verão, já consideraram esse aspeto? -----

Já disseram á população que irão desaparecer centenas de lugares naquela zona e claro ao turismo? -----

Constatamos ainda, a acumulação de lixo em muitos lugares centrais da nossa vila ou da recolha de lixo efetuada em horários pouco adequados, há alguma perspetiva de melhoria ou consideram que não poderiam fazer melhor? -----

É inexplicável que os haja contentores meios cheios, e que tenham junto deles, no chão, muito mais lixo. A questão é educacional? Talvez..., mas cabe gerir, promover a saúde ambiental e

fiscalizar... a Nazaré não é apenas parquímetros. Essa é uma missão VOSSA e não se resume a cinzeiros e ao slogan "a praia é nossa - e o lixo é seu..."! -----

Outro aspeto que nos preocupa é o facto de termos passado quase um Verão inteiro sem médicos na urgência do Centro de Saúde da Nazaré, não podemos ter cá milhares de pessoas e não ter condições de lhes prestar os cuidados de saúde, e não sendo da vossa responsabilidade é mais um assunto a reter, melhorar e pressionar a quem compete. -----

Sobre a ocupação da via pública, verificamos que o espaço público continua a ser ocupado com tudo e mais ou alguma coisa, até por veículos camarários que deveriam dar o exemplo, e até por outros que prestam serviço ao "Estádio do Viveiro ou Jordan Santos" ocupando passeios da marginal e ali permanecendo sem que crie o conforto e segurança da circulação, para não dizer já dos danos que fazem à calçada pondo em risco a boa circulação de peões, para já não falar da das pessoas com dificuldade de locomoção, prevê-se que continuem assim? -----

Afinal porque paramos a construção civil dois meses por conta do Verão, mas permiti-mos ao Verão que tome de assalto as iniciativas... isso tem nome... falta de respeito e política de 2 pesos e 2 medidas. -----

E quanto ao estádio de praia propriamente dito? -----

Uma vez que decidiram retirar este ano o concurso para as concessões de Praia, consideram a possibilidade de pedir à APA para deslocá-lo para outro local ou é para se manter no mesmo local "ad eternum"? -----

A praia não é território da administração local, tal como a faixa de proximidade à praia não é da gestão da autoridade marítima. Mas é de ambos a gestão da região de fronteira. Sr. Presidente...



olhando também ao estado péssimo que causa a entrada sul... qual é, se é que é, a motivação para um dossier sério com todas as entidades envolvidas? Tem algum projeto já em curso? -----

Sobre o nosso Mercado Municipal... tivemos o privilégio desta semana conhecer o novo mercado do Porto e curiosamente passámos pelo Mercado D. Pedro, em Coimbra... e temos dificuldade em entender a falta de visão... -----

Os nossos munícipes e comerciantes também merecem um mercado com todas as condições e que possa, à semelhança de outros que temos visto, receber bem e dignificar as pessoas que lá trabalham e os turistas que nos visitam... e servir o público... dignificando a nossa história.

Ou será que vão avançar com o dito Hotel que V.^a Exa. outrora já falou que iria ser lá feito? Ou será que também é para vender em alguma hasta pública? -----

Por último, as ervas nas calçadas esperamos que desapareçam em breve...já fomos informados do início da V/ intervenção finalmente! -----

Aliás se queremos todos promover a circulação sem uso do automóvel e a vida saudável optando pelo percurso a pé... fazendo-o meio do mato urbano... não será fácil... -----

Acreditamos que este ano poderá ter sido um ano excelente para os Serviços Municipalizados, e pretendemos que nos seja prestada informação, através de lista mensal desde o início do ano de 2022, em rigor, de quanto é que o Ascensor recebeu durante estes meses em viagens. -----

Na mesma medida os demais transportes públicos pois anui o Município que detém a salvação assente no serviço público... o de uma viagem de ascensor a 2,5 €. -----

Fomos alertados da necessidade de investimentos em paragens urbanas em Valado dos Frades, na Marginal Sul, e quiçá em todos os lugares deste município. TODOS, com certeza que o executivo saberá! -----

Gostaríamos de saber, ainda, também por lista mensal pois a transparência é transversal e deve atender todos que não economistas, para o ano 2022 de quantas entradas se cifra a rúbrica na “Nazaré-Qualifica” e quanto recebeu do Farol...quanto é que entrou nos cofres da empresa em parquímetros e estacionamento no Parque Subterrâneo? Mais... qual é a execução dos avisos deixados nos para-brisas em sede de “multas”. -----

Já agora pode explicar a esta assembleia como procede a jusante da falta de pagamento dos condutores? Podemos ter acesso, que é claro que podemos, aos procedimentos e seus resultados? Não será por falta de RH. -----

Relativamente ao novo espaço que V.ª Exa. designa por “Premium “ao Sul junto ao porto de abrigo, onde serão instalados alguns comerciantes, verifica-se que passado uma semana no local já está todos degradados e com a madeira a cair, pomos em questão a qualidade destes equipamentos e se terão isolamento térmico para os comerciantes lá permanecerem ao frio e calor/ chuva e sol? -----

Por último gostaríamos de saber, se preveem algum reforço social às famílias, através do fundo de emergência social ou outro, ou quem sabe, também, aumentar os apoios de bolsas de estudos atribuídos aos jovens, pois estamos perante uma grave crise e haverá, com certeza, necessidade de reforçar a ação social deste município de modo a ajudar, ainda mais, as nossas famílias. -----



Acabo esta extensa intervenção deixando:

Esta bancada e o PSD está e estará sempre disponível para contribuir para a melhoria do concelho e não vai nunca desistir de denunciar, propor e lançar de propostas de melhoria, continuaremos a nossa ação de fiscalização e continuaremos a ter orgulho e não deixar que este concelho se torne igual a uma qualquer vila do país, com todo o respeito às demais, queremos voltar a ser a “Mais Típica Praia do País” em vez de uma vila descaracterizada e sem brio! Nazaré, 23 de Setembro de 2022 O Grupo do PSD”. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Cláudio Peça (CDU): -----

Declaração Política – “Agora que mais uma época estival chegou ao fim, reconheceu-se a necessidade de aliviar o “peso de viver” que a maioria da população sentia e que obrigava a uma certa descompressão e a um certo desligamento da realidade que vivemos e dos problemas que o contexto político e socioeconómico atual determinam. Necessidades redobradas, dado que à complexidade do contexto atual somam-se anseios, desejos e tensões acumuladas durante dois longos anos de pandemia. Era por isso expectável que neste Verão a correria às praias, à descompressão, ao lazer, ao divertimento e a tudo aquilo que ficou suspenso acontecesse de forma bastante impactante e expressiva – e, de facto, foi isso que aconteceu. Estas necessidades por suprir, que visam o equilíbrio emocional, mental e físico, tanto no plano individual como numa dimensão mais geral na sociedade e no seu funcionamento, deixaram claramente para segundo plano, durante este período, as dificuldades pelas quais os povos de grande parte do mundo estão a passar. No plano europeu, onde se insere obviamente o nosso país, os impactos à Rússia e o seu efeito boomerang, tal como há vários meses a CDU avisava, abatem-se sobre as populações com grande violência, designadamente sobre os mais pobres e desprotegidos da sociedade. Os trabalhadores e o povo do nosso país, como em outros países onde já se enchem ruas e avenidas em protesto contra o aumento do custo de vida, nomeadamente contra os

aumentos da energia, vão agora, que o período de descanso acaba, deparar-se com a violenta realidade que nos assolará nos tempos que se avizinham. E não são as medidas exibidas pelo Governo e apresentadas como uma ajuda aos pensionistas, - mas que no final mais não são do que um roubo futuro nas suas parcas reformas - que irão contribuir para resolver os seus atuais e futuros problemas. Com os salários estagnados, com a inflação sempre em crescendo, com a especulação que é transversal, à boleia do pretexto dos custos energéticos, a população vai empobrecendo à medida que os lucros das grandes empresas disparam! É a chamada “sensibilidade de urso” do modo de produção capitalista! Só nos primeiros seis meses deste ano a Sonae (Continente) duplicou os seus lucros e a Jerónimo Martins (Pingo Doce) registou uma subida de 40,3%, ou seja, mais 261 milhões de euros. Com o povo a ser esmagado pelos preços de produtos, bens e serviços das empresas cotadas no PSI já superaram os 2,3 mil milhões de euros de lucros só no primeiro semestre. Entres elas encontram-se a GALP, a EDP, a REN, a NOS, etc.... É caso para questionar – a quem servem as sanções? A quem serve esta Economia de Guerra e o seu prolongamento? A quem serve a sua eternização, onde, e a seu propósito, ouvimos falar de tudo menos de esforços para construir a paz? O Inverno vai ser muito mais difícil, frio e violento para os povos da Europa (e de outras partes do mundo) pelas razões apontadas! Tal como foi, e continua a ser, difícil, abrasador, e violento este Verão onde tudo arde, num país que institucionalizou uma “época de incêndios” e normalizou mapas diários deste tipo de ocorrências como se de inevitabilidades se tratasse. Um desastre para o país e para o seu povo! Uma realidade que os sucessivos governos não souberam, não sabem e não querem resolver por terem outras prioridades no plano da governação! Um Verão difícil, abrasador, confuso, caótico e desesperante também no plano local. A chuva de críticas, justas, diga-se em abono da verdade, já não disfarçam as debilidades e falta de planeamento e respostas deste executivo do PS às necessidades de quem cá vive e de quem nos visita. Caos no trânsito. Onde a “cegueira” em ano de eleições, querendo fazer obra a qualquer preço, impediu que se perspetivasse um erro técnico



de enormes dimensões, de braço dado com um erro político de dimensões ainda maiores. Transformar a Av. Vieira Guimarães numa rua de sentido único determinaria um afinilamento compacto da Av. do Município para norte, compactando mais ainda quando a marginal recebe veículos da Av. Vieira Guimarães e da rua Adrião Batalha. Um erro inaceitável quando tantas senhoras e senhores “mobilidade” recebem avultadas quantias em estudos e pareceres para “desembrulhar” o cenário desesperante em que a sede de concelho se tornou a este nível. Caos no estacionamento. Um executivo que se vangloria por ter uma praia inclusiva e de acesso facilitado para todos, não resolve o problema de fundo – como é que as pessoas com dificuldades de locomoção e mobilidade chegam à praia?! Por certo que desistem antes de lá chegar, dado que por onde deveriam andar carros de bebé, cadeiras de rodas, espaços livres para invisuais, (passeios, calçadas, praças e largos, ruas e vielas, passadeiras para peões, espaços verdes) tudo está ocupado por viaturas sem qualquer planeamento, coordenação ou visão estratégica integrada. Caos no plano da poluição ambiental e sonora. Um dos sinónimos de desenvolvimento equilibrado dos territórios e atualmente um dos pilares mais destacados é o pilar ambiental. Também aqui os executivos do PS se orgulham, e bem, de contar com bandeira azul, excelência das praias, qualidade das águas do mar, etc... Mas também aqui a visão de defesa do ambiente e do património natural fica curta quando o ruído na praia é ensurdecedor durante praticamente 3 meses, por via dos constantes jogos de praia, ao que se junta uma violação grosseira do nosso património ambiental com a instalação de um estádio de grandes dimensões em pleno areal, ocultando praticamente a visão do nosso promontório para quem entra na Nazaré pelo Sul. Somam-se ainda os estragos provocados pelos enormes camiões de apoio estacionados em cima dos passeios e do paredão. Outra das visões aterradoras que este tipo de desnorte na gestão do Verão e da sua dinâmica, designadamente no que concerne ao número e sobreposição de eventos, é a quantidade de resíduos de toda a espécie acumulados em autênticas montanhas junto dos

pontos de recolha – um postal ilustrado do lado negro do turismo na Nazaré! Pelos vistos, e tal como afirma o executivo do PS, estas são as dores do Sucesso!!! Nós perguntamos – sucesso para quem? Se sucesso é, através de avultado investimento público, uma promoção desmedida de um território, mas que tem como resultado a acumulação de capital por parte de quem já o tem e condena à miséria e à degradação da qualidade de vida a maior parte da população – nós, CDU, preferiríamos o insucesso que permita rendas baixas ou preços de aquisição da habitação compatíveis com os rendimentos de quem cá vive e trabalha; um insucesso que permita uma exploração racional do território aproveitando as suas potencialidades colocando-as ao serviço do seu povo; um insucesso que permita alargar as possibilidades de mobilidade nos transportes municipais e torná-los tendencialmente gratuitos; um insucesso que permitisse, com uma gestão criteriosa das contas públicas, com combate ao despesismo latente, com luta e pressão organizada junto do FAM, baixar os impostos às populações; o insucesso de políticas públicas que reforçasse o investimento nos apoios sociais, no domínio da Cultura; um insucesso que devolvesse o território às populações e que não o colocasse nas mãos especulativas de quem tem “engordado à farta” com este tipo de políticas! Um insucesso que significasse justiça social e integração de todos os que cá vivem, sem discriminar nenhuma franja da nossa comunidade. Este nosso “insucesso” significaria o progresso e bem-estar dos nossos munícipes. O vosso sucesso está a condená-los à miséria e a forçá-los a abandonar o concelho! Esta é a nossa grande diferença! A Nazaré pagará bem caro o preço destas opções governativas, tal como caríssimo passou a ser viver neste território. Será cada vez mais um oásis para a especulação imobiliária, numa desintegração identitária e territorial frenética, onde a agressão às encostas e arribas pela construção massiva está em franca expansão para garantir “belas vistas” sobre o mar, mas só a quem as pode pagar! Afinal, os pobres não têm direito a ter diante dos seus olhos belas paisagens!!! É isto que é prometer políticas de esquerda e governar à direita! O PS, tanto o nacional como o local, sempre nos habituaram a isso, independentemente das figuras de proa a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL 7

cada momento histórico! À CDU cabe o seu trabalho de sempre – organizar, esclarecer e lutar, junto das populações, para travar estes desmandos governativos que terão, por certo, o seu fim muito proximamente! Nazaré, 23 de Setembro de 2022 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira: -----

RECOMENDAÇÃO BE “POR UMA ESCOLA INCLUSIVA, MODERNA E DEMOCRÁTICA
Aprovada por maioria: com 7 abstenções do PSD e 16 votos a favor do PS / CDU e BE). -----

“A pandemia revelou um substrato de desigualdade no sistema educativo português. Com a suspensão do ensino presencial, associada a longos períodos de confinamento, a falta de recursos e de preparação para o ensino remoto de emergência marcaram quase dois anos de perdas de aprendizagens, perturbações sócias emocionais e uma limitação do desenvolvimento das capacidades sociais. -----

Neste contexto, as crianças com Necessidades Educativas Especiais foram as mais afetadas com as alterações no modo de funcionamento do ensino durante a pandemia e continuam a ser as mais penalizadas pela falta de reforço das respostas na educação inclusiva nas escolas. -----

O Estudo do CNE “Efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade” refere que há “unanimidade nos diversos estudos e documentos consultados, nacionais e internacionais” sobre o “agravamento das desigualdades que, por sua, vez, se tornaram mais visíveis e atingiram mais alunos e famílias”. -----

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em 2020 constituiu um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e, em particular, das Pessoas com Deficiência. -----

No seu artigo 24 podemos ler: “Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista ao exercício deste direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes asseguram um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao longo da vida, direcionado para: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e sentido de dignidade e autoestima e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, liberdades fundamentais e diversidade humana; b) O desenvolvimento pelas pessoas com deficiência da sua personalidade, talentos e criatividade, assim como das suas aptidões mentais e físicas, até ao seu potencial máximo; c) Permitir às pessoas com deficiência participarem efetivamente numa sociedade livre.” (Retirado do documento da convenção). -----

Portugal subscreve integralmente a abordagem dos direitos humanos das pessoas com deficiência defendida pela Convenção e participou ativamente na negociação da mesma. -----

Sem investimento na educação inclusiva, aumenta a exclusão. Os recursos humanos estão a revelar-se manifestamente insuficientes em todas as dimensões, com falta de acompanhamento de assistentes operacionais, apoios e tutorias lotados de alunos e carência de professores nas diversas respostas diferenciadas. -----

O financiamento às escolas mantém-se altamente deficitário, insistindo-se na ideia que se pode implementar a inclusão a custo zero. -----



A redução de alunos por turma é fundamental para qualificar a escola, gerir os espaços e a aprendizagem, mas é um ponto em que se recua, procurando fazer crer que, estando os alunos a ser canalizados para respostas mais globais e gerais, a redução de turma, deixa de ser imperiosa para melhorar as condições de ensino e aprendizagem. -----

É também absolutamente necessário atender às especificidades dos alunos com deficiência e estender o apoio à família a toda a escolaridade obrigatória. Uma criança com deficiência não tem qualquer resposta na comunidade em termos de ATL ou de apoio ao estudo. Por isso as famílias são obrigadas a reorganizar-se, e alguém tem de se desempregar para poder cuidar da criança que não tem a resposta pública necessária. -----

A inclusão constrói-se com decisões articuladas e abrangentes, não só na sala de aula, mas também na escola e em todo o sistema e estruturas. A Inclusão é um princípio que deve estar presente em todas as leis e nas diferentes dimensões do sistema educativo, motivando mudanças e melhorias qualitativas. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré reunida a 23 de setembro de 2022, delibera: -----

1. Instar o Governo a reforçar o financiamento na escola pública; -----

2. Instar o Governo a reduzir o número máximo de alunos por turma; -----

2. Recomendar ao executivo Municipal o reforço da ação social escolar e de materiais pedagógicos adaptados e diferenciados para alunos e alunas com necessidades educativas especiais no concelho; -----

3. Recomendar ao executivo Municipal o reforço das respostas de educação inclusiva nas escolas do concelho, com contratação direta de terapeutas e técnicos e técnicas especializados e alargamento da rede de unidades de ensino estruturado e multideficiência; -----

4. Recomendar ao executivo Municipal a promoção de planos de transição dos alunos e alunas com necessidades educativas especiais, após a conclusão do ensino escolar para a sua integração em atividades profissionais; “. -----

PROPOSTA BE – “PELO FIM DE ESPETÁCULOS COM SOFRIMENTO ANIMAL – TOURADA NÃO É CULTURA”. -----

“Considerando que:

a) Segundo o artigo 10º da Declaração Universal dos Direitos do Animal, aprovada pela organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e posteriormente, pela Organização das Nações Unidas (ONU), “a) Nenhum animal deve ser explorado para entretenimento do homem” e “b) As exposições de animais e os espetáculos que se sirvam de animais, são incompatíveis com a dignidade do animal”. -----

b) O artigo 1.º da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro de “Proteção dos Animais”, na sua atual redação, estabelece que “são proibidas todas as violências injustificadas contra os animais, considerando-se como tais atos consistentes em que, sem necessidade, se inflige a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões a um animal.” -----

c) Apesar do princípio acima afirmado, a mesma Lei, no número 2 do artigo 3.º, determina para as touradas um regime de exceção legal que contradiz o estabelecido no número 1 do artigo 1.º ao afirmar: “É lícita a realização de touradas, sem prejuízo da indispensabilidade de prévia autorização do espetáculo nos termos gerais e nos estabelecidos regulamentos próprios”. -----



d) *A aprovação da Lei n.º 8/2017, de 3 de março, que estabelece um estatuto jurídico dos animais, determina expressamente que “Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.” -----*

-

e) *Com a pandemia da COVID-19, todos os eventos tauromáquicos foram suspensos, tendo o setor reivindicado o retorno urgente deste tipo de eventos para garantir a sua subsistência, sabendo-se que a subsistência deste setor é garantida através de financiamento público direto e indireto, o que é incompreensível; -----*

f) *O erário público não se deve constituir como fonte de financiamento para atividades que não cumpram orientações internacionais e da legislação nacional, com a agravante destas atividades se constituírem como uma alegada fonte de divertimento e gerador de lucro; -----*

g) *A prática de atividades tauromáquicas inclui atos de violência relativamente a estes animais que implica necessariamente a exposição pública da imposição de sofrimento aos mesmos. -----*

h) *Apesar do intenso debate que este tema provoca na sociedade portuguesa, sabemos hoje que o caminho do progresso é o abandono destas práticas. A quem tem o poder de decisão, exige-se que faça escolhas e esta deve ser a de uma sociedade com padrões éticos elevados e que não aceita que o sofrimento animal seja um divertimento. -----*

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré reunida a 23 de setembro de 2022, delibera: -----

1. Instar o Governo e a Assembleia da República a adotar legislação que não permita o financiamento público de eventos que causem sofrimento animal; -----

2. Instar o Governo, em articulação com os Municípios, a implementar medidas de reconversão dos espaços onde atualmente se realizam estes eventos em espaços multifunções com capacidade para acolher eventos culturais e desportivos ou outros que não envolvam sofrimento animal; -----

3. Instar o Governo à criação de apoios aos profissionais que subsistam da realização deste tipo de eventos, tendo em vista a sua reconversão profissional. Telma Ferreira, deputada Municipal do Bloco de Esquerda". -----

- Moção Reprovada -----

4 votos a favor dos membros:

1 da Telma Ferreira (BE), 1 CDU (José Alberto), 1 da Carolina (PS) e 1 PSD (Cândida Sousa);

5 votos contra dos membros:

1 do João Vieira (PS) e 4 do PSD (Tânia, Helena Vaz, Nuno e Ruben)

14 abstenções dos restantes membros:

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques:

"A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal da Nazaré gostaria de saudar os parlamentares socialistas na Assembleia da República, em especial ao deputado nazareno eleito pelo círculo eleitoral de Leiria, Salvador Formiga pelo projeto de resolução que recomenda ao governo o licenciamento da arte da pesca denominada "Corrimão". -----



Uma reivindicação antiga da comunidade piscatória com especial enfoque na Nazaré e que visa regulamentar e licenciar esta arte de pesca artesanal. -----

A iniciativa foi hoje aprovada por maioria no parlamento, uma conquista de e para todos os pescadores Nazarenos." -----

Declaração Voto PS:

"A tauromaquia é uma atividade cultural histórica no nosso país. A Nazaré representa através da sua praça de touros, um dos principais pontos de interesse nesta área. -----

Por outra via, considero que a agressão perpetrada sobre o animal está completamente desajustada da realidade dos dias de hoje. -----

Creio ser inevitável que a atividade em causa sofra no decorrer dos próximos anos uma reestruturação profunda e alteração na sua forma. No entanto, importa garantir a continuidade da atividade profissional a todos os que dela dependem. -----

Existem inúmeros exemplos da reformulação da atividade tauromáquica para terminar com o sofrimento animal, nomeadamente através do recurso a proteções em velcro.

Concordando com a necessidade de terminar com o sofrimento animal, considero que deve haver um equilíbrio que permita manter a tradição da atividade tauromáquica e não a sua exclusão por completo do panorama cultural do país." -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio: para apresentar uma Moção para conhecimento na Assembleia e que foi lida pelo Senhor Presidente Ramalhal -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para ler: -----

MOÇÃO PSD – “VOTO DE CONDOLÊNCIAS A SUA MAJESTADE A RAINHA II)” -----

“(Voto de condolências a Sua Majestade A Rainha Isabel II) A bancada do PSD expressa o seu pesar pelo falecimento de Sua Majestade A Rainha Isabel II do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte manifestando os sinceros pêsames, nesta fase difícil de luto, a toda a Família

Real, ao povo britânico e a toda a Commonwealth. A notabilidade de Sua Majestade será cordialmente recordada como modelo exemplar da sua demonstração de devoção, perseverança e incessante intrepidez não só durante os seus 70 anos de reinado como também ao longo dos seus 96 anos de vida. A sua visita à Nazaré em 1957 ocasionou um momento inesquecível de alegria, honra e orgulho. O povo Nazareno teve o prazer de o expressar com as suas lindas tradições e entusiasmo deixando sem dúvida a sua indelével marca. Registam os arquivos da RTP na sinopse da sua visita... “pescadores e crianças vestidas com trajes típicos da Nazaré (...), atuação do rancho folclórico Tamar (...), Isabel II e Filipe apreciam panorâmica da vila no Sítio da Nazaré (...), pescadores e barcos na praia.” ... citamos. A Nazaré escreveu pelo seu punho mais nobre na história de Sua Majestade A Rainha Isabel II e recordará eternamente a sua reciprocidade. O PSD da NAZARÉ envia a presente carta de condolências ao n.º 33 da Rua de São Bernardo em Lisboa, a Sua Ex.ª O Sr. Embaixador da Embaixada Britânica em Lisboa a quem mui solenemente solicita o seu envio a Sua Majestade O Rei Carlos III e à Sua Família Britânica. ----- Nazaré, 23 de Setembro de 2023, (O PSD – Nazaré)”.

- Para conhecimento. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para ler:

MOÇÃO CDU – “CONTINUAMOS SEM MÉDICOS PARA TODOS OS UTENTES DO POLO DE SAÚDE DE VALADO DOS FRADES”. -----

“Arrasta-se no tempo a falta de médicos no Polo de Saúde de Valado dos Frades e aumentam diariamente as dificuldades e demoras para quem precisa de marcar uma consulta, ou ser atendido de urgência a alguma doença súbita. -----

Nesta freguesia do concelho da Nazaré, mais de metade da população não tem médico de família atribuído, pelo simples facto de que só existe um médico colocado atualmente para todos os inscritos neste Polo de Saúde. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL 11

Esta realidade é já bem conhecida por todos os intervenientes que poderiam e deviam resolver a situação. Desde a administração da ARSLVT, a direção executiva do ACeS-ON, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, mas também, o Ministério da Saúde e o Primeiro Ministro sabem bem o que aqui se passa, mas nada, ou muito pouco têm feito para resolver definitiva e consequentemente os problemas. -----

Louvam-se algumas iniciativas, como a da Câmara Municipal que já chegou a pagar alojamento durante alguns meses a um médico para que este permanecesse na freguesia, mas até assim esse profissional não se fixou cá. Neste momento, conhecemos e louvamos os esforços que estão a ser feitos pelo executivo da Junta de Freguesia de Valado dos Frades para chegar-se a um entendimento entre a ARSLVT, o Aces-ON, e uma empresa prestadora de serviços na área da saúde, para contratarem e pagarem as horas de serviço a um médico, em regime de prestação de serviços, para a sua colocação no Polo de Saúde do Valado durante dois dias por semana, para minimizar o problema. Mas até agora, passados muitos dias, ainda não há informação da sua concretização. Tudo demora uma eternidade a resolver! -----

E todo este arrastar do problema acontece num momento em que o único médico que presta serviço naquele Polo de Saúde se encontra de férias. É caso para perguntar: quem nos acode? Só temos uma resposta, ainda que contrária ao que o Governo, pelo Ministério da Saúde, tem pedido que não se faça. Ou seja: entupir as urgências dos Hospitais da região! -----

Mas até isso, só para quem pode ou consegue lá chegar, porque numa terra com muitos idosos, mas com baixas reformas, até esses custos de deslocação são proibitivos para muitas bolsas.

Em pleno século XXI, parece que estamos condenados a sofrer com todas as doenças, ou a ficar à espera da morte, sem a necessária assistência médica que nos é devida, como direito constitucional que é.

Assim.

A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário no dia 23 de Setembro de 2022, delibera:

1 — Exigir à tutela a rápida colocação de médicos em número suficiente para cobrir as necessidades da freguesia, em consonância com o número de utentes sem médico de família inscritos no Polo de Saúde de Valado dos Frades.

2 — Solicitar a rápida e pronta substituição de qualquer médico que se encontre fora do serviço, por motivo de falta, de folga, ou de férias, de maneira a que os utentes daquele Polo de Saúde não fiquem sem assistência médica diária.

Se aprovada, deve ser enviada à tutela e à administração da ARS-LVT, bem como à direção executiva do ACeS-ON para resolução do aqui peticionado, e ao senhor Primeiro Ministro, à Câmara Municipal da Nazaré, à Junta e Assembleia de Freguesia de Valado dos Frades e aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais para conhecimento. -----

Nazaré, 23 de Setembro de 2022 -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré” -----

- Aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra o Senhor Secretário Valter Soares para ler: -----

MOÇÃO CDU – *“ESTRADA NACIONAL 8-5 NA AVENIDA DA NAZARÉ EM VALADO DOS FRADES, NÃO QUEREMOS ALI MAIS ACIDENTES NEM MAIS MORTES”*. -----

“Quando se pensa que tudo vai ser resolvido porque a segurança pública assim o exige, o Estado falha, e promove, pela sua inércia, possíveis acontecimentos trágicos que poderiam ser evitados com uma atuação profissional e rápida dos seus representantes. -----

Quando falamos do pedido de resolução de um problema que já levou a várias mortes ao longo dos anos na Estrada Nacional 8-5, que atravessa a vila de Valado dos Frades de uma ponta à



outra, compreende-se que se não se conseguem colocar simples limitadores de velocidade, criar umas lombas, ou ligar uns simples semáforos que protejam os peões que obrigatoriamente ali têm que circular, então nada se faz no tempo certo neste país. -----

Passaram mais de 3 meses desde a última morte ocorrida na Estrada Nacional 8-5 em Valado dos Frades e também desde a primeira moção aprovada por esta Assembleia Municipal a exigir uma alteração profunda naquela via por forma a criar ali mais segurança para os peões. -----

Neste espaço de tempo, nem resposta nos deram! Nada sabemos do que se possa estar a pensar resolver para ali colocar. Ou será que com vão fazer uma estrada nova e segura? Sim, porque temos a certeza que alguma coisa terá que ser feito ali rapidamente para proteger as pessoas! Sabemos apenas que a dita estrada irá passar para a responsabilidade da Câmara Municipal, mas quando isso acontecerá ninguém parece saber. -----

Como tudo acontece muito lentamente, também esta transferência parece destinada a demorar. Enquanto isso, as pessoas, onde se incluem algumas dezenas de crianças, passam a estrada diariamente sem a devida segurança nas passadeiras, mal sinalizadas e que mal se distinguem na estrada pelo desgaste da tinta. -----

Assim.

A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário no dia 23 de Setembro de 2022, delibera: -----

1 - Enviar à tutela e à IP-infraestruturas de Portugal, novo pedido de intervenção urgente na Estrada Nacional 8-5 em Valado dos Frades, e exigir a criação de medidas de segurança adicionais nas zonas de passagens para peões e a colocação de limitadores de velocidade nas zonas de aproximação às passadeiras para peões, além de outras que se venham a considerar adequadas e necessárias à proteção de condutores e peões. -----

2 - *Requerer à tutela ou a quem este delegue, que informe esta assembleia, logo que possível, dos passos que estão a ser dados no sentido da resolução dos problemas por nós apontados e eventualmente já por si detetados, por forma a informar-se, com conhecimento, a população local que espera ansiosa a resolução da situação.* -----

Se aprovada, deve ser enviada à Tutela e à IP — Infraestruturas de Portugal para resolução do aqui peticionado, bem como ao Sr. Primeiro-Ministro, à Câmara e Assembleia Municipal da Nazaré, à Junta e Assembleia de Freguesia de Valado dos Frades e aos órgãos de comunicação social locais e regionais para conhecimento. Nazaré, 23 de Setembro de 2022, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Aprovada por unanimidade. -----

MOÇÃO CDU – *“REATIVAÇÃO DA ESTAÇÃO DE CAMINHOS-DE-FERRO DE VALADO DOS FRADES - NAZARÉ”.* -----

“Já se ouve falar da modernização da Linha do Oeste há tantos anos que até pode parecer, a quem não a conhece, que a linha já foi toda remodelada e os comboios elétricos são uma realidade diária, com muitas composições a circular, para utilização das populações que ela devia servir. -----

Na verdade, isso não aconteceu ainda. Infelizmente não está concluída. Não está sequer iniciada, em muitos troços, e julgamos que não vai estar concluída até Dezembro de 2023, o que implicará – mais uma vez – a perda de importantes fundos comunitários. -----

Desde pelo menos 2010 que se fala de muitas centenas de milhões de euros para a remodelação da Linha do Oeste e se dão prazos para conclusão das obras. O último conhecido é o já referido final de 2023. Mas ninguém acredita ser já possível cumprir mais este prazo. -----

Numa altura em que as famílias se veem com grandes dificuldades financeiras, devido aos rigores impostos pela inflação que não tem parado de subir, arrastando os preços dos combustíveis e da energia na sua carbonização demolidora dos bolsos menos afortunados, é tempo de questionar o



Governo através da tutela, sobre o que pretende fazer do investimento programado há tantos anos para esta linha férrea estruturante para o Oeste e, por conseguinte, para o nosso concelho, mas também para os concelhos limítrofes. -----

Os concelhos de Nazaré e de Alcobaça são servidos principalmente pela estação de Valado dos Frades. Esta estação centenária foi uma referência para os trabalhadores destes concelhos que se tinham que deslocar diariamente para trabalhar, mas também o foi para os turistas que chegavam de comboio e eram depois levados em transportes rodoviários para as duas principais localidades próximas, exatamente Nazaré e Alcobaça. -----

Hoje, a nossa estação está fechada, edifício muito deteriorado e sem vida, e não serve os objetivos atuais e as necessidades pretendidas num futuro próximo. Tal como esta estação, está a própria ferrovia em toda a sua extensão! Hoje são poucos e lentos os comboios que aqui passam! Hoje são muito poucos os comboios que ali param! E este é o nosso principal problema atual e, quiçá, o futuro. -----

Por isso a nossa indignação e revolta, quando pretendemos utilizar um meio de transporte menos poluente e por isso mais amigo do ambiente, mais seguro e económico, mas não o podemos utilizar em todos os horários de passagem, porque pura e simplesmente os comboios não param todos na nossa estação para recolher ou deixar os passageiros. -----

É principalmente isto que hoje incomoda a população local e que urge para já resolver! -----

Assim. -----

A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário a 23 de Setembro de 2022, delibera:

1 – Requerer à tutela e à Administração da IP – Infraestruturas de Portugal, a reparação do edifício da Estação de Caminhos de Ferro de Valado dos Frades, de modo a criar melhores condições de acesso à plataforma, instalações sanitárias dignas e reparação da zona de descanso e de espera para os passageiros da Linha do Oeste que utilizam aquela estação. -----

2 – Solicitar que sejam repostas as paragens nesta estação de todos os comboios de passageiros que ali passam durante o dia e noite para entrada e saída de utentes. -----

3 – Tendo em conta o acima exposto, requeremos que sejam dadas respostas a esta Assembleia Municipal sobre a resolução do aqui peticionado, bem como o tempo previsto para a sua implementação, no sentido de podermos informar a população da freguesia e dos concelhos servidos pela Estação do Valado dos Frades, das respostas às suas exigências. -----

Se aprovada, deve ser enviada à tutela e à administração da IP-Infra-Estruturas de Portugal para resolução do aqui peticionado, bem como ao Sr. Primeiro-Ministro, às Câmaras Municipais da Nazaré e de Alcobaça, à Assembleia Municipal de Alcobaça, à Junta e Assembleia de Freguesia de Valado dos Frades e restantes juntas de freguesia do concelho e aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais para conhecimento. Nazaré, 23 de Setembro de 2022, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

– Aprovada por unanimidade. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Helena Vaz:** -----

- solicitou um esclarecimento à Senhora Deputada Telma Ferreira: quando o BE referiu o reforço da ação social escolar e de materiais pedagógicos adaptados e diferenciados para alunos e alunas com necessidades educativas especiais no concelho, na contenção direta de terapêuticos / técnicos especializados para que áreas do ensino se está a referir? **A Senhora Deputada Telma Ferreira** fez referência ao ensino escolar obrigatório, sendo essa a responsabilidade da escola pública. **A Senhora Deputada Helena Vaz** disse que só queria perceber se o BE se estava a referir a alguma situação em particular no Concelho da Nazaré, alguma necessidade específica ao colocar esta situação? **A Senhora Deputada Telma Ferreira interveio**, para acrescentar que, não era infelizmente, uma característica do Município, mas que era uma realidade em várias escolas em Portugal. O reforço que referiu, e que propôs, faz todo o sentido, porque não existe; que se sabe que a realidade escolar depende de um sistema que ainda não está atualizado e



adaptado às necessidades que são necessárias, para o acompanhamento de crianças com necessidades especiais; que existe falta de profissionais específicos para as necessidades das crianças; que a responsabilidade recai nos profissionais da Educação em que estes não têm a estrutura, equipamentos, capacidade de resposta a essa diversidade das crianças; que não deve se vista como uma forma de penalizar; que quando a escola inclusiva diz que cada criança tem o seu ritmo e é isso que a escola pública deve promover – estimular, preocupar-se, compreender que cada criança é uma criança, é uma realidade e que tem o seu ritmo. Que o que o sistema escolar desempenha, será uma função, tendo em conta as necessidades muitas vezes programadas em estatísticas existindo realidades em crianças, muito difíceis, com capacidades de evolução diversas, e que não são devidamente acompanhadas. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos: registou as palavras do PS sobre a aprovação da proposta da iniciativa legislativa no Parlamento apresentada pelo Deputado Salvador Formiga; que a Câmara Municipal há cerca de 7,5 / 8 anos, apresentou um conjunto de medidas e/ou propostas e resolver aqueles que eram os problemas junto, quer das Finanças quer de ordem Social apresentados em particular pela DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e que se ficou à espera de um projeto piloto, que entregasse 70 licenças provisórias, para que se fizesse o estudo sobre a arte do corrimão, e que desde essa data, a DGRM nada fez, não deu instruções à Capitania para lançar essas licenças para o corrimão e que só pode saudar essa iniciativa; que a Câmara Municipal através quer da sua pessoa, quer através dos técnicos do Gabinete de Praia e Pescas apoiaram o Senhor Deputado com a informação que a Câmara tinha e lamenta que não tenha sido por unanimidade. -----

- Que não se sabe quando a estrada EN 8-5 passará por a Câmara e aquilo o que está definido e combinado entre as entidades é que o limite será inícios de outubro em que a IP – Infraestruturas

de Portugal, fará o pagamento do valor em causa no acordo que foi aprovado em reunião de Câmara. -----

- Sobre a EN 8-5, moção que subscrevem totalmente, disse que, se poderá ver a matéria da mobilidade como nos der jeito – com avultados pagamentos a quem sabe e é melhor entendido, ou que se poderá ver também, como ir buscar os mais capazes para ajudar a pensar num território com algumas particularidades na questão da mobilidade. -----

- Que a promoção, do território foi feita, é feita e será feita! Que fica registado, que a CDU prefere o insucesso. Que se deve olhar para os problemas e para as suas soluções. Que, quando se fala em manifestações sobre os aumentos dos preços, também as viu e que viu com muito mais interesse as manifestações na Rússia, na invasão da Ucrânia feita pela própria Rússia. -----

- Pediu desculpa à Senhora Deputada Tânia Gandaio, e ao PSD, porque se lembrou durante a semana desse pormenor, deu instruções e que sabe que já existe alguma coisa feita, mas se não foi enviada, os serviços não foram céleres, mas que farão chegar a muito breve prazo as respostas solicitadas. -----

- Que, quando a Senhora Deputada Tânia Gandaio se referiu que nada se faz na terra para além do turismo, que deverá estar a pensar nos anos de governação do PSD e quis lembrar, o projeto dos tempos do PS e de Luís Monterroso, em que foi gizado posteriormente pelo PSD, que chegou a ter uma candidatura e que em plena época de eleições escondeu que ela tinha sido chumbada, curiosamente o Parque Empresarial de Valado dos Frades que está construído e que vai ser inaugurado em breve prazo e que tem toda a sua área vendida e já cumpriu com bem mais do que os cerca de trezentos postos de trabalho que estavam previstos inicialmente. -----

- Sobre Pontevedra, disse que, o estudo está feito, e que já houve investimentos – em que há uma lógica de trinta milhões de euros de investimentos até 2030 e que fazem o planeamento daquilo que é a mobilidade no Concelho todo, com particular enfoque na Vila. -----



- Que, as grades que se encontram na Avenida Vieira Guimarães, tiveram de ser colocadas porque, apesar do impedimento de estacionamento, as pessoas continuaram a estacionar, e impediam o acesso aos camiões de lixo, para retirar o caixotes de lixo daquela zona. Que, usaram uma situação transitória – que os serviços já estão a planear a compra de mobiliário urbano para impedir o estacionamento. -----

- Sobre as questões dos médicos, disse que as mesmas têm sido abordadas largamente, que têm pressionado quem de direito, e com grande presença junto do Ministério da Saúde, da ARLSVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do próprio Aces-Oeste Norte. -----

- Que, relativamente ao Estádio, o que o Plano de Praia exige, é que a zona desportiva seja naquela zona, mas que não lhes custa nada questionar a APA se autorizará essa mudança. -----

- Sobre o Mercado local, agradeceu a comparação da Senhora Deputada quando o compara com o Mercado do Bulhão do Porto, sendo que o que existe não é falta de visão, mas sim de dinheiro, porque o projeto existe! -----

- Que sobre os Quiosques Bar, disse que, o que é feito será sempre para garantir melhores condições para quem ali trabalha. Que, sofreram com o temporal e ficaram degradados e que como estão dentro da garantia, naturalmente quem tem de reparar é o quem os construiu – faltam dois, falta a pérgola que a Câmara Municipal vai adquirir para a esplanada e que todos eles serão colocados em devidas condições antes de serem abertos e com todas as condições para funcionarem bem. Acrescentou, que se continua a ser a Vila mais Típica! -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio para solicitar a resposta à questão relacionada com o reforço das verbas a nível social. **O Senhor Presidente respondeu** que, o Fundo de Emergência existe para as famílias concorrerem a ele; que não há nenhuma família que tenha concorrido. Que, esse trabalho é incessante da parte dos serviços da Ação Social, e que estão preparados para tomar as medidas que provenham das famílias que mais necessitem. -----

- *Que sobre as questões do estacionamento, todos os anos têm identificados terrenos alternativos para cumprir com mais estacionamento; que este ano foram surpreendidos com muito mais visitantes, e que nesta altura já estão com vários terrenos identificados, uns camarários outros privados que pretendem alugar, para resolver minimamente essa questão.* -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do Público. -----

- *A Assembleia tomou conhecimento.* -----

- *Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para fazer referência, ao erro do ponto 4 e colocou à votação a retirada do ponto.* -----

Deliberado por unanimidade retirar o ponto. -----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO –
Apreciação. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para colocar questões:* -----

- *No ponto 3 da segunda parte, onde tem mais informação financeira, questionou, se a nível de receita foi o melhor ano, porque é que sofreu a receita, uma diminuição de dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e doze? Que, na folha seguinte, folha 4, e relativamente às transferências de capital, onde se refere que há um decréscimo de um milhão de euros, resultado de menor arrecadação da receita proveniente da União Europeia, a título de participação de projetos, questionou, qual foi o projeto que foi financiado? Que, na página 5 – onde se refere trezentos e quarenta e nove mil euros de aumentos com despesas de pessoal, questionou de quantos trabalhadores se fala, que estão em mobilidade interna? Que, na última folha, página 7,*



relativamente á dívida, onde se refere a uma amortização extraordinária de empréstimo de assistência do FAM, questionou quanto é que a Câmara subiu e quanto é que já pagou? -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira para colocar algumas questões: -----

- Sobre o tema mobilidade, onde diz, que o Senhor Presidente participou no Congresso “Cidades que Caminham” com uma comunicação inserida no painel “Boas práticas, cidades que planeiam a caminhabilidade” – questionou, o que é que foi retirado do Congresso, no sentido de ser aplicado a realidade do Concelho? Porque ao que assistem, é que na época balnear, de forma particular, em agosto, o plano de mobilidade não funcionou. Que, não funcionou porque, quando se chegou ao período, que se sabe que a Nazaré tem muitas pessoas, muito mais acima da percentagem mais elevada do que a população residente, e o que aconteceu foi uma grande desorganização, uma anarquia total, carros por todo o lado, carros estacionados nos sítios mais inacreditáveis; vias de dois sentidos que passaram a ter só um; parques públicos que passam a ser privados e pagos a bom preço – que gestão é esta? Que, se a estratégia do executivo não é aquilo que o BE defende, que é desenvolver uma estrutura de parque periféricos, parques de estacionamento periféricos ao Concelho onde haja uma gestão de transportes públicos que estejam sempre a funcionar e que haja a promoção de transportes leves, de bicicletas, transportes que respeitem o ambiente; que se a estratégia do executivo não vai por aí, não está a ir nesse sentido, então, questionou – qual é esse sentido? Qual a perspetiva futura – estratégia de futuro que consiga dar à Nazaré na época balnear alguma organização, alguma estabilidade, alguma mobilidade no sentido pedonal? -----

INTERVENÇÃO CDU PONTO 1:

“Em primeiro lugar temos algumas questões, que já vêm de anteriores reuniões deste órgão e que podem ter tido desenvolvimentos... julgamos que é importante a Assembleia saber o que se passa.

1 – Saber, por exemplo, sobre o resultado da reunião do Sr. Presidente com o sindicato dos

trabalhadores dos CTT e das conclusões saídas dessa reunião? 2 – Pode confirmar-nos se o estádio do Viveiro já se encontra arrumado nas novas instalações das oficinas municipais no Valado dos Frades? 2.1 - Podem também indicar-nos os custos anuais da montagem e desmontagem, e do transporte do estádio? 3 – Saber se o executivo abandonou o projeto das obras de alterações da Praça Sousa Oliveira, que eram para ter começado há mais de um ano? O que se passa nesta tão anunciada obra? 4 – Perguntamos se já houve alguns desenvolvimentos, desde a última AMN, quanto ao processo de classificação do Promontório da Nazaré? 4.1 - Em que ponto estamos hoje? 4.2 - Há alguns novos documentos que nos possam enviar para irmos acompanhando na AMN? 5 – Relativamente à Estratégia Local de Habitação, gostaríamos de ser informados sobre se já assinaram o contrato que estavam à espera de receber proximamente, após as alterações que indicaram terem sido feitas, conforme afirmado na sessão anterior? 6 - Lembramos a Assembleia que os pontos, 3. PLANO DE TRANSITO DO CONCELHO DA NAZARÉ — AVENIDA VIEIRA GUIMARÃES e o ponto 4. PROPOSTA DE PLANO DE TRANSITO NA RUA MARIA ELISA SANTOS — CENTRO ESCOLAR DE FAMALICÃO —, que se encontravam agendados na sessão anterior, - Junho - foram retirados por estarem “mal apresentados”. Sobre isso solicitamos as seguintes informações à Mesa ou então ao executivo: 6.1 - Neste espaço de tempo porque é que aqueles documentos não foram tratados e apresentados à câmara municipal para poderem ser enviados depois à AMN? 6.2 - Ou será que desistiram das alterações de trânsito propostas e retiraram as placas? Ficamos a guardar as respostas ou o seu envio por escrito “. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder:

- Relativamente aos trabalhadores terá de pedir apoio à Dra. Helena Pola, que se não tiver presente, fará chegar essa informação. -----



- Sobre o projeto que não teve execução, disse que a Nazaré é um Município que estará no top da execução de obras previstas com Fundos Comunitários da CCD Centro e é o que tem mais execução no conjunto dos doze Municípios da Oeste. Que, se tem uma variabilidade, visível nos documentos da contabilidade da Câmara Municipal, que recebem instruções de clarificar tudo e nenhuma proposta de texto para a informação – não ficando nenhuma obra por executar. Que, as obras que não puderam ser executadas por questões relacionadas com aprovações, com projetos que precisam de ser afinados, mas a última vez que olhou para a taxa de execução ia nos 107% - que se executou mais do que aquilo que primeiramente a CCDRLVT aprovou. Que receberam vinte e nove milhões numa primeira fase, dividida por duas tranches, depois foi-lhes pago uma tranche adicional de 1.8 milhões de euros, por força do processo “Eco ambiente”. Que o Município da Nazaré, desde que tem o empréstimo do FAM, não falhou uma prestação de capital nem uma prestação de juros – no ano de 2021 havia moratória de capital para os Municípios em inexistência financeira e o Município da Nazaré pagou esse capital, PAGOU uma tranche adicional no mês de dezembro de 2021, porque tinha tesouraria e tinha orçamento – tendo pago cerca de quinhentos e vinte cinco mil euros, a mais. -----

- Sobre as questões do Congresso disse que, era importante clarificar que a Nazaré foi convidada como um exemplo. Que, hoje em dia haverá 10% de Municípios no País que têm planos de mobilidade urbanas aprovados e que o da Nazaré está aprovado! Que, a boa notícia para o Município da Nazaré, será que o próximo quadro comunitário PT 20/30 e PRR –com as instruções que vêm do Governo da obrigatoriedade, no que diz respeito à mobilidade, que existam planos de mobilidade urbanos sustentáveis, aprovados, sendo que a Nazaré já o tem, há cerca de quatro anos. Que é um plano até 2030, que está a ser constantemente avaliado e que pode ter novas reavaliações de investimentos e de valores e que vai no sentido de parques periféricos, transportes públicos a funcionar, bicicletas partilhadas, mobilidade no sentido pedonal, Ascensor

da Pederneira e que pretende colocar todos num espaço máximo de cerca de 5 a 10m no topo da Pederneira/do Sítio na marginal. Que, o plano tem quatro anos, as verbas para tal têm vindo a ser disponibilizadas; que muita dessas obras não foram feitas porque não “cabe” lá o dinheiro todo que se quer lá pôr. Que, a questão do mercado e que faz parte desse plano, tinha uma verba alocada de setecentos mil euros e que custa no mínimo cerca de dois milhões, que estão a tentar encontrar outras soluções. -----

- Que já há bastante tempo foi feita, na altura apontar uma questões que eram relevantes para eles, e que foi desenhado um plano de ação, que passava por eles darem argumento daquilo que é o processo de distribuição para se poder dizer a quem de direito, mas que o Sindicato ainda não submeteu nada e que continua à espera que lhe façam chegar essa informação. -----

- Sobre os custos anuais de montagem e de desmontagem, disse que há um custo – de policiamento, do engenheiro da marca que vem montar o estádio e que cobra um valor pelo trabalho que executa, e solicitou aos serviços que reunissem o que existe de custos na matéria quer aos serviços da Câmara, quer à Nazaré Qualifica. -----

- Sobre o Promontório da Nazaré, disse que já houve uma reunião com o Professor Rui Pena, onde foi feita um proposta que está nas mãos do Senhor Vereador da Cultura e do Património para se ver como se vai avançar com a matéria. -----

- Sobre a Praça Sousa Oliveira, disse que, tiveram de rever o projeto, por força de não retiramos as esplanadas, que já lá se encontram, por força de e olhar para as alterações climáticas e para o problema que se tem a norte, particularmente naquela zona da drenagem e da recolha de águas fluviais, que levou a que todo o projeto fosse refeito e que sabem que é capaz de custar acima dos 150% do que estava previsto, ou seja uma vez e meio do que estava previsto e que se está a ponderar todas as matérias para tomar uma decisão, na certeza de que a decisão que se tomar terá de ser a melhor a matéria. Acrescentou que, aquilo que está financiado no âmbito dos Fundos Comunitários para a Praça tinha um valor financiado e que tinha um valor que a Câmara



iria assumir e o refazer do projeto as coisas ficam totalmente invertidas, ou seja, o valor que a Câmara vai ter de assumir, será muito superior ao que está financiado, estando a avaliar tudo e que irão tomar um posição pública sobre a situação. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que fez referência de dizer que a questão da primeira página em relação à diminuição da receita não foi respondida e que aproveita para dizer ao Senhor Presidente de Câmara também era só o que mais faltava se não fossem pagas as tranches do FAM, uma vez que nos últimos oito anos tem sido uma economia em alta! Que também frisou que, relativamente ao Eco ambiente, que pode ser do tempo do PSD, mas que não se pode esquecer que novecentos mil euros são do tempo PS, sendo deixado por não ter o título executivo, deixando as custas chegarem a esses valores, tendo ido a uma das últimas Assembleias, vangloriar-se de ter poupado duzentos mil euros no valor de um milhão e oitocentos mil euros. Que, também um milhão e duzentos mil euros que pagou da indemnização da ALE por lá ter um gerador e que isso também não é do tempo PSD. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder à Senhora Deputada Tânia Gandaio: solicitou à Senhora Deputada, que lhe provasse por escrito, e que a Dra. Helena também o fizesse, onde é que pagaram um milhão e duzentos mil euros de indemnização da ALE? Disse que ou estaria a brincar ou não saberia o que anda a fazer na Assembleia. Que, sobre as questões dos novecentos mil euros e outras que tais, disse que, chegou à Câmara com 43 – passados dois anos apareceram dois milhões e passado mais um ano 1.4 e que da ALE o PSD não pagou e que se não tivessem sido comprados dois imóveis – um deles, um armazém para as oficinas de Valado dos Frades e outro atrás do parque da feira para construir um círculo quando tiverem dinheiro, estariam abaixo dos trinta milhões de euros de dívida e cada vez mis próximos dos tais 28.5 que permitirão baixar mais impostos. -----

- *Usou da palavra a Senhora Dra. Helena Pola, para prestar esclarecimentos da parte financeira: - quando foi questionado porque é que a receita global sofreu uma diminuição de dois milhões, duzentos e oitenta e um mil e quinhentos e doze euros, justificando-se por ligeiro aumento de algumas rubricas pelo decréscimo substancial noutras. Que o decréscimo está explanado como sendo de um milhão de euros de transferências de capital que de teve por força de uma questão que foi levantada por de ter recebido menos dinheiro do FEDER, o que não significa não houveram obras com financiamento aprovado; que significa que não se recebeu o mesmo valor que no período homólogo se recebeu da parte do FEDER em termos de participação; que o setor de contabilidade só regista quando se recebe os contratos de fornecimento porque entra como receita, mas que nem se sabe se existem processos de financiamento em curso, se foram provados ou rejeitados; que só têm as informações do que se recebeu e face ao período homólogo houve esse decréscimo porque se recebeu menos. Que, 1.85 milhões é a parte do passivo financeiro que foi disponibilizado por parte do FAM e que esse milhão mais 1.85 milhões de euros que foi entregue pelo FAM menos os acréscimos que as outras rubricas tiveram perfazem o valor de dois milhões duzentos e oitenta e um mil. Que, relativamente às despesas de pessoal, disse que, não consegue dizer exatamente o número de situações de mobilidade interna, mas que o poderá fazer mais tarde e que as situações de mobilidade interna, significam desde logo que, os trabalhadores em questão têm vínculo à Função Pública e que apenas são colocados em mobilidade numa categoria diferente daquela que inicialmente detinham – um Assistente Operacional que, entretanto, tirou o 12.º Ano e obteve funções que implicam alguma complexidade acrescida em relação aquelas que tinha, e é colocado em mobilidade como Assistente Técnico ou de um Assistente Técnico que entretanto se licenciou e consegue dentro da sua Divisão/Gabinete/Setor, funções de complexidade técnica que justificaram a sua colocação em mobilidade na carreira de Técnico Superior. Essa pessoa, que já é vinculada, é colocada em mobilidade interna nessa posição. Que, depois informará aos*



senhores Membros da Assembleia quais as situações em concreto. Que, as alterações de posicionamento remuneratório estão ligadas ao SIADAP, com os chamados descongelamentos quem já tinha mais de dez pontos adquiridos no âmbito da Avaliação de Desempenho, conseguiu transitar de escalão aumentando o seu índice remuneratório. Que, o aumento das posições remuneratórias tem a ver com o diploma que saiu em julho – Decreto-Lei n.º 51 de 2022 e que se procedeu à valorização de algumas carreiras na Função Pública designadamente Assistente Técnico e Técnico Superior. Que, o diploma fez com que muito Assistentes Técnicos e muitos Técnicos Superiores da Câmara Municipal também, aumentassem ligeiramente o seu índice remuneratório e que esse diploma teve efeitos a 01 de janeiro, e que tiveram de pagar os retroativos. Que tudo isso somado faz o aumento de trezentos e quarenta e nove mil euros. -----

- Em relação ao FAM, disse que: receberam vinte e sete milhões, dessa quantia devolveram em forma de pagamento extraordinário quatrocentos e trinta e cinco mil euros, que não foram utilizados, tendo como justificação o facto de entre contratualizações do Plano de Assistência Municipal e efetivamente a assinatura do contrato e o Município ter já pago determinadas faturas – usou da palavra **o Senhor Presidente da Câmara** para acrescentar que, inicialmente o financiamento, era de trinta e dois milhões de euros mais os passivos contingentes e no âmbito da negociação que demorou dois anos e tal, a Câmara pagou do seu bolso três milhões de euros desses trinta e dois milhões, sendo que recebeu vinte e sete milhões, depois mais dois milhões e depois mais um. **Prosseguiu a Dra. Helena Pola** – que entre a aprovação do PAM – Plano de Assistência Municipal e a contratualização foram pagas quatrocentos e setenta e cinco mil euros em faturas que não foram utilizados, porque as mesmas constavam da listagem do FAM. Que, nesse ponto, foram pagos em 2021, quinhentos e vinte mil euros e em 2022 já foi pago quatrocentos e dezoito mil euros. Que, relativamente à questão do gerador da ALE, o Senhor Presidente, disse que honestamente, não conhece nenhum pagamento de indemnização, mas que

pode verificar. **A Senhora Deputada Tânia Gandaio**, questionou a **Dra. Helena Pola**, sobre o processo da MD-PLASTICS que já existe desde 2016 e sendo que já se está em 2022 o mesmo está parado há seis anos. Que não têm acesso a essas informações? **O Senhor Presidente** acrescentou, que se o processo tivesse sido resolvido já teria vinda à Câmara algum pagamento. Que se não veio é porque não foi feito nenhum pagamento. **Prosseguiu a Dra. Helena Pola**, para acrescentar que enquanto responsável pelo Setor Jurídico, não teve conhecimento de haver alguma sentença relativamente a esse processo. Que, esse processo, acompanhado pelo contencioso, por um advogado, contratado pela Câmara Municipal da Nazaré, e que não tem informação enquanto jurista da Câmara. -----

2. PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO (para certificação legal de contas relativas aos anos de 2022, 2023 e 2024, demais funções constantes do Regime Financeiro das Autarquias locais e consultoria contabilística) – Apreciação e Votação. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: “Os membros do Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré, Cláudio Miguel Peça e José Alberto Vieira votam **CONTRA**, neste ponto 2 da ordem de trabalhos desta sessão, pelo seguinte: Do conhecimento do andamento deste ponto, ao contrário de outras anteriores informações, pareceres e propostas que foram sendo apresentadas para justificarem o ajuste direto com a empresa agora vencedora, temos aqui a informação completa do andamento de um concurso público. Só com esta informação cabal, apresentada de forma neutra, com todos os passos e documentos do procedimento, podemos analisar e aceitar, ou não, o que nos é exposto e decidir os processos com pleno conhecimento. Retirando-se os pequenos lapsos de escrita nos documentos, que vão aparecendo, mas que temos aceitado como erros simples, corrigíveis mesmo após a deliberação das propostas, como é o caso hoje do incorreto valor dos compromissos plurianuais, outros há que não podemos aceitar, quando esses já não são suscetíveis de uma simples correção, como iremos demonstrar à frente.



Aparece-nos esta proposta vencedora do concurso, com um valor mais baixo do que aquela que serviu de base ao concurso, (menos 3030 Euros), no entanto apresentada pela mesma empresa que antes iria receber de honorários 27.000 Euros, quando o processo foi apresentado na câmara em Maio como adjudicação por ajuste direto, com um documento que entendemos ser uma carta de recomendação, que viemos a saber foi escrita pela empresa, o que a nosso ver era inaceitável. Daí o nosso pedido de retirada do ponto. Devido às intervenções e chamadas de atenção do vereador da CDU na Câmara Municipal, - sempre justas diga-se -, quando este assunto lá foi apresentado, mostrava-se haver clara intenção de fazer-se o contrato por ajuste direto com esta mesma empresa, o que prova que essa nossa ação era a correta e com isso baixou-se o custo deste serviço e contrato, no agora proposto concurso público. E nem colocámos em causa se o serviço era caro ou não! Esse não era o problema ali. -----

O que nos faz então votar contra neste procedimento que nos aparece hoje bem-apresentado e melhor explicado? Exatamente a leitura e compreensão de toda a documentação recebida, que nos permitiu a análise coletiva de todas as peças do concurso e das suas fazes e obrigações a cumprir pelos candidatos. E é exatamente aí, numa das peças apresentadas por uma das duas empresas candidatas, - por sinal a que venceu o concurso -, que reside a nossa decisão de não aceitar o resultado do concurso neste procedimento sem o devido e fundamentado esclarecimento, por discordarmos da decisão do júri quanto a um dos documentos obrigatórios do processo, sem informação escrita e fundamentada que suporte as explicações dadas na CMN e AMN. Analisando os documentos apresentados no Caderno de Encargos, no Anexo I, na Cláusula 1.ª - Obrigações Principais do Adjudicatário, refere na sua alínea, b): Obrigação de ter, na sua equipa de trabalho, pelo menos um Jurista. É, pois, relativamente à obrigação de as empresas concorrentes apresentarem pelo menos um Jurista, que verificamos que uma delas, a que ficou em primeiro lugar no concurso, apresenta o nome de um Jurista com inscrição inativa na Ordem dos

Advogados, ao contrário da outra concorrente que apresenta um jurista com inscrição ativa. Ora, julgamos saber, que para se poder representar uma empresa pública ou privada nos foros competentes, os juristas, ou advogados, terão que ter inscrição ativa na sua Ordem. Este nosso entendimento suporta-se em parecer no mesmo sentido emitido pela própria Ordem dos Advogados. Cabe ainda dizer-se que, só não necessita de estar inscrito na ordem se trabalhar em exclusivo para uma empresa e não tiver que a representar no âmbito da sua ação enquanto jurista, o que entendemos não ser o caso a que obriga este concurso. Pois de outra forma para que seria preciso o jurista? Tal informação também não nos é indicada nos documentos. Se bem que na reunião de câmara e hoje mesmo, a resposta às nossas questões sobre este tema dada pela chefe da Divisão Administrativa e Financeira (DAF), que respeitamos, mas com as quais não concordamos, contradiga os vários pareceres que encontrámos sobre esta matéria em concreto, por isso a nossa sustentada e fundada dúvida se manter. Logo, a opção do júri do concurso em aceitar uma candidatura quando existe esta falha, que eventualmente pode não ter sido detetada no momento da análise dos documentos, não pode ser, não foi, nem será, da nossa parte, aceitável sem fundamentação escrita. -----

Entendemos que a situação tem de ser completamente clarificada e informada por escrito a este órgão político, com a fundamentação e análise entendível pelos serviços. Era isso que pretendíamos quando pedimos a retirada do ponto na reunião de câmara e hoje aqui também, mas que não foi aceite. Continuamos a entender que só com todos os pareceres e entendimentos em posse dos eleitos se pode eliminar qualquer dúvida suscitada e aceitar-se sem qualquer hesitação a decisão do júri, neste ou em outros concursos. Até porque, qualquer erro que possa eventualmente existir, poderá originar mais casos jurídicos contra a câmara que não se pretendem, dado os elevados custos que todos os conhecidos têm comportado. Para terminarmos, referimos que nada nos move contra qualquer empresa concorrente seja a que concurso for. Pensamos que estamos a defender o interesse público e a integridade do órgão em que estamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL. 21

eleitos, quando não deixamos passar em claro as falhas que detetamos, como, aliás, tantas vezes tem acontecido. É, pois, pelos factos acima descritos, que votamos contra este procedimento de concurso público para a contratação de serviços de auditor externo. Nazaré, 23 de Setembro de 2022 P'lo Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré Cláudio Miguel Lopes Peça, José Alberto Sequeira Vieira". -----

*- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para dizer que essa questão já foi colocada em reunião de Câmara e respondida na altura, e que se tem de aceitar que a CDU tenha pareceres próprios e que não entenda o “entendimento” da Dra. Helena Pola, e que por isso na sua perspetiva não existe razão para a retirada do ponto. -----*

*- **Usou da palavra a Senhora Dra. Helena Pola**, para prestar esclarecimentos: que não existe qualquer tipo de irregularidades, ilegalidades, divergência, no tratamento administrativo do ponto. Que, o júri tomou a posição mais que acertada, porque nem poderia tomar outra – aquilo que foi pedido no caderno de encargos, foi que a sociedade de revisores de Oficial de Contas que apresentasse proposta, que tivesse no seu mapa de pessoal um jurista. Que, não solicitou que tivesse um advogado; que não solicitou que tivesse um advogado, que no caso teria de ter inscrição ativa na Ordem dos Advogados, portanto não exigindo desde logo esse requisito formal e material, que não poderia excluir o candidato por não apresentar um advogado que não tivesse a inscrição ativa na ordem. Que, não foi o pedido. Que, acresce que se isso tivesse vindo a acontecer, a empresa poderia e deveria, na sua ótica, reclamar pela exclusão ilegal e inclusivamente assacar eventualmente alguma indemnização à Câmara por essa ilegalidade caso a mesma prosseguisse. Que, o júri, só pode excluir propostas que não cumpram com os requisitos que são exigidos logo de início. Que, esse não foi um requisito, o requisito foi para a existência de um jurista. Que, a diferença entre um jurista e um advogado, é importante para se perceber a análise da questão – um jurista, um consultor jurídico, é um licenciado em direito, e um advogado*

é um licenciado em direito, que fez o seu estágio profissional na Ordem dos Advogados, foi aprovado e posteriormente inscreveu-se na Ordem dos Advogados, e que tem vindo inclusivamente a pagar as suas contribuições obrigatórias para poder manter a sua inscrição ativa. Que, o parecer que foi invocado por parte da CDU, terá de ser lido integralmente e que em nenhum lugar se diz, que só não é obrigatório ter a inscrição ativa se trabalhar exclusivamente para essa entidade. Que, o parecer vai ao encontro daquilo que também já defendeu, no sentido de que o júri tomou a posição correta. Que, o parecer tem cinco ou seis páginas, em que na página três explica quais são os atos que são apenas da competência dos advogados, no que consta na Lei 49/2004 e quando faz a descrição dessa norma acaba por dizer no artigo 8º. “Para os efeitos do disposto no número anterior, não se consideram praticados no interesse de terceiros os actos praticados pelos representantes legais, empregados, funcionários ou agentes de pessoas singulares ou coletivas...”, e referiu a página 4 do parecer, fazendo a comparação. Que, nos documentos distribuídos, constam o currículo dos candidatos que integram a proposta vencedora, entre os quais o jurista Dr. Carlos Esteves, e se o analisarem vêm que ele é trabalhador dessa entidade e pertence ao quadro pessoal da Sociedade Revisores Oficial de Contas e que se alguma dúvida houvesse, ficaria retirada só por aí. Que, não contradiz nenhum parecer da Ordem dos Advogados, que poderão haver interpretações diversas e que as respeita. Que, o júri atuou de forma correta, legal e que não o poderia ter feito de outra forma o relatório de adjudicação. Que, essa é uma competência do júri. Que, a Câmara Municipal avalizou aprovando o relatório, e a nomeação para a Assembleia. Que, o processo de contratação pública decorreu de forma legal, e que pode perfeitamente ser votado pela Assembleia Municipal. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para parabenizar a equipa técnica pela elaboração dos documentos e também porque foi poupado alguma dinheiro a nível da contratação, a decisão transparente e clara da escolha de um Auditor, que se pretende que seja isento. -----



- O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Deputado da CDU, se face ao que foi exposto, se mantem a proposta da retirada do ponto, que respondeu que mantem. Antes da votação do ponto, foi proposto votar "a retirada do ponto". -----

- Deliberado rejeitar a proposta da retirada do ponto. -----

- Deliberado por maioria aprovar com 2 votos contra CDU, 2 abstenções BE + Presidente da Junta do Valado dos Frades, 19 votos a favor dos restantes membros. -----

3. PROPOSTA – INICIAÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NO INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E IMATERIAL DE PORTUGAL DA ATIVIDADE DE COLOCAÇÃO DE BARRACAS DE APOIO BALNEAR – *Apreciação e Votação. -----*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse que, a Bancada do PSD gostaria de saber se a elaboração da proposta, para além do que foi dito, se existe mais alguma coisa que possam acrescer a nível da escolha da situação da colocação das barracas de apoio balnear, porque foi escolhido esse tema, e se pretendem que haja algum encaixe de outro tema nesse, se irão haver subseqüentes, para tentarem perceber a lógica. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, para prestar esclarecimentos: que a questão surgiu já no ano transato, numa reunião tida na preparação da época balnear com a Associação Sol e Mar, para tratar da tipologia das barracas, sendo importante fazê-lo. Que, sugeriu, que apresentassem uma proposta ao órgão executivo, para que se pudesse ser apreciada em sede de reunião de Câmara. O que foi apresentado, foi uma proposta, não foi com essa tipologia de classificação, mas sim com a classificação de interesse municipal, que após consultar a parte técnica, não foi possível fazê-lo porque não é fácil classificar uma barraca, ou os elementos que compõem a barraca, sendo que não existe interesse quer do Município quer dos

eventuais promotores se estar a classificar as barracas/panos e não é o que se pretende. Que, o pretendido, será classificar da forma mais adequada, aquilo que é uma tradição que já tem séculos. Que, isso tem duas razões – que foi uma proposta apresentada e que acharam que tinha toda a razão de ser, mas que também tem a ver com o facto de haver uma situação que não está resolvida, há muitos anos, que será a adequação do Plano integrado de praia para aquilo que é a realidade que se quer manter ao longo dos anos. Que, é importante dizer, porque se assiste a uma vontade de o Município da Nazaré, de concessionar não só nessa área, mas também outras, de uma forma transparente / organizada e tentando adequar ao que foi uma herança da entidade que pertencia na altura à Capitania do Porto. Que, se vai partir para uma negociação difícil, em que a entidade também tem um plano de praia que quer alterar, mas suspeita, que não sabe se será possível no próximo ano ter a situação regularizada. Que, não será por falta de diligências do Município da Nazaré, que tudo fará para que o plano das três praias, no próximo ano esteja devidamente regularizado de forma a resolver os constrangimentos. Que, a vontade, será de não se permitir que os habitantes do Concelho possam perder essa tradição no futuro, sendo a principal razão que os leva a apresentar tal proposta. -----

Deliberado por maioria aprovar: 1 voto contra do membro do PSD (Edmundo José Couto Barbosa); seis abstenções dos restantes membros do PSD e 16 votos a favor (PS, CDU e BE). ----

4. EMPREITADA DE “RESERVATÓRIO DO CAMARÇÃO” – Assunção de compromissos plurianuais CE 0102/07010413 Proj.:26/2022 – Informação N.º. 227/DOMA-INFRA/2022 de 12.07.2022 - Apreciação e Votação. -----

Deliberado por unanimidade retirar o ponto. -----



5. DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA., PARA OS ANOS FISCAIS DE 2022, 2023, 2024 E 2025 – Apreciação e Votação. -----

*“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar **declaração de voto Abstenção**, no ponto 5, desta Assembleia de 23 de Setembro de 2022 — Designação do Fiscal Único da Nazaré Qualifica, E.M. Unipessoal Lda., para os anos fiscais de 2022, 2023, 2024 e 2025, considerando que não coloca - mos em causa os serviços prestados nem a competência da Firma MAZARS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, com quem a Nazaré Qualifica tem vindo a trabalhar, não concordamos é com a escolha do procedimento de ajuste direto adotado pela empresa Municipal, atendendo que, mesmo que cumpridos os termos legais do Código dos Contratos Públicos, deveria, no nosso humilde entender, ao optar por um concurso publico por consulta prévia à semelhança com o que fez no ponto 2 desta Assembleia para a Câmara Municipal, demonstrando a efetiva transparência na atividade desta empresa Municipal, que se sabe tem 100% capitais públicos e cujas inúmeras competências que têm (parquímetros, limpezas, Farol e parque subterrâneo) e os valores que arrecadam, só por si, mereceriam outro tipo de procedimento contratual, uma vez que por este não são consultadas/convidadas outras firmas da área, de modo a haver termos de comparação de serviços e valores, conforme o principio da boa administração publica. -----*

*Pelos motivos explanados decidimos pelo voto de **Abstenção**. Nazaré, 23 de Setembro de 2022 O Grupo do PSD”. -----*

A Senhora Deputada Telma Ferreira, invocou conflito de interesses e retirou-se da sala, não votando este ponto (ficaram 22 membros). -----

Deliberado por unanimidade aprovar com 10 abstenções (7 do PSD+ 3 CDU) e 12 votos a favor do PS. -----

A Senhora Deputada Telma Ferreira regressou à sessão. -----

6. EMPREITADA DE “RESERVATÓRIO DO CAMARÇÃO” Informação Nº. 270/DOMA-INFRA/2022 - Assunção de compromissos plurianuais – Apreciação e Votação.-----
Deliberado por unanimidade aprovar. -----

7. PROPOSTA – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES – PARA O ANO 2022 E SEGUINTE – Apreciação e Votação. -----

Deliberado por maioria aprovar: 1 voto contra do BE e 22 votos a favor dos restantes membros. -

8. PROPOSTA – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE NAZARÉ – PARA O ANO 2022 E SEGUINTE – Apreciação e Votação

Deliberado por maioria aprovar: 1 voto contra do BE e 22 votos a favor dos restantes membros. -

9. PROPOSTA – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO – PARA O ANO 2022 E SEGUINTE – Apreciação e Votação. -----

Deliberado por maioria aprovar: 1 voto contra do BE e 22 votos a favor dos restantes membros. –



Declaração de Voto do BE:

“O BE opõe-se à gestão e organização do modelo de transferência de competências, tanto do Estado do Governo Central, para as Autarquias como das Autarquias para as suas Freguesias. Que acham, que é um despoletar de tarefas, uma atribuição de tarefas muitas vezes excessivas, que não são acompanhadas na maior parte das vezes, tendo em conta as diferentes realidades e que também não são acompanhadas na maioria das vezes com as verbas necessárias. Que, é mais um voto de protesto, naturalmente não queremos dificultar qualquer tipo de gestão nas nossas Freguesias “. -----

10. PROPOSTA – GEMINAÇÃO COM TARIFA, NA PROVÍNCIA DE CÁDIS, INTEGRADA NA COMUNIDADE AUTÓNOMA DA ANDALUZIA – *Apreciação e Votação. ----*

Deliberado por maioria aprovar: sete abstenções do PSD e 16 votos a favor dos restantes membros. -----

11. PROPOSTA – GEMINAÇÃO COM A REAL VILLA DE TEGUISE – ILHA DE LANZAROTE – ARQUIPÉLAGO DAS CANÁRIAS – ESPANHA – *Apreciação e Votação. -----*

Deliberado por maioria aprovar: sete abstenções do PSD e 16 votos a favor dos restantes membros. -----

12. DESPACHO – GABINETE DE MOBILIDADE E TRÂNSITO DO CONCELHO DA NAZARÉ – *Conhecimento. -----*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que referiu que, de facto este é quase um despacho do pelouro, que fica praticamente designado quase um pelouro; que é uma área que como já referiram no início da intervenção do PSD que necessita de muito trabalho, aliás sendo visível, que se constata quase todos os dias, as questões da sinalética – sinais no chão, coisas que são necessárias intervir e que chamam à atenção e que já têm vindo a referir, por diversas vezes,

a questão das ruas como a da Adrião Batalha, carregadas de tantos sinais, sendo necessário haver alguma intervenção a uma ideia de alterar tudo isso, e que gostariam de saber o que foi alterado. O que mudou? O que existia? Fica uma competência exclusiva da Câmara? Solicitou que fosse explicada a proposta. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara** para responder: que a mudança é clara – perceber aquilo que é a relevância da mobilidade na vida e no dia-a-dia das comunidades, sejam elas grandes cidades, ou pequenas vilas, e repercutir essa relevância naquilo que é a criação de um gabinete que tinha já gente afeta à redução das questões, e que hoje em dia, só para se ter uma noção, tudo com que é matéria que envolva a mobilidade, de qualquer outro departamento da Câmara ou Divisão, em de ter parecer desse Gabinete de Mobilidade. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade**, para tecer explicações: que relativamente ao ponto, o Presidente já fez uma pequena explanação do mesmo, e que foi necessário se fazer uma alteração aquilo que era o Gabinete de trânsito na altura, porque era uma Gabinete de trânsito “**tout court**” e que tal como foi também explanado no início da Assembleia Municipal, neste momento não se poderá olhar para o trânsito “**tout court**”, mas de uma forma muito mais integrada, tudo é mobilidade e que o trânsito é apenas uma parte desse projeto de mobilidade. Que o Gabinete foi criado afetando outras técnicas para poder dar o seu parecer relativamente ao mesmo, e o motivo ser dado a conhecer a este órgão, é também para sensibilizar todos os intervenientes que utilizam as vias municipais, cujo seu gestor é a Câmara Municipal, muitas vezes o fazem sem dar conhecimento / solicitar autorização para a intervenção da mesma para o efeito. Que, por isso mesmo, foi dado conhecimento, alertando para a nível simbólico – que quando se decide fazer uma procissão numa via municipal, esse Gabinete tem de ser notificado, para aferir da possibilidade da sua realização, o que não acontecia até à data e que é um alerta daí a vinda à Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL 25

- *Que os pontos que não obtiveram resposta por parte do Senhor Presidente, porque lhe escapou, tem a ver com os dois pontos retirados na reunião de Câmara. Que, esses pontos foram retirados, porque no anterior mandato foi iniciado a alteração ao Regulamento de Trânsito e que saiu em Diário da República e que nesse mesmo Regulamento foi feita uma alteração, por norma e a Lei obriga a isso, que quem decide as intervenções na via municipal seria o órgão Assembleia Municipal, mas com o Regulamento passou a ser da competência da Câmara Municipal – “...tudo o que são alterações do Plano de Trânsito são da competência da Câmara Municipal e são relacionados com as matérias de sinalização permanente das vias municipais, aprovação da sinalização permanente nas vias de domínio privado quando abertas ao público, e sinalização que implicar a alteração ao Regime normal de ordenamento de trânsito previsto no Código da Estrada. Com este Regulamento, que está afeto unicamente à Câmara Municipal, não havendo necessidade de ser na Assembleia aprovado. -----*

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que solicitou esclarecimentos relacionados – que existe uma Comissão de Trânsito, e quer saber como é que vai ser feito? Vai ser encaminhado para a agora existente? Se os assuntos continuam a ir à reunião de Câmara? ---*

- *Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina para responder: que efetivamente existe uma Comissão de Trânsito, sendo um órgão meramente consultivo – que se notifica muitas vezes para meramente consultar e que não tem qualquer poder vinculativo naquilo que são as decisões em Câmara Municipal. Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para saber quantas pessoas compõem, ao que a Senhora Vereadora respondeu que no momento não tem ao certo o número de pessoas, mas que em janeiro do presente ano, foram incluídas mais duas pessoas, uma da proteção civil e dois cidadãos das escolas de condução por terem conhecimento mais próximo daquilo que são as situações de trânsito – isso na Comissão de Trânsito. Quanto ao número que o compõem disse que por volta dos quinze. Que o Gabinete é composto por três técnicas – uma*

Técnica Administrativa, uma Técnica da Área de Engenharia e uma Técnica da Área da Arquitetura e que são todas funcionárias da Câmara. -----

Tomado Conhecimento. -----

13. DIREÇÃO GERAL DA ENERGIA E GEOLOGIA – PEDIDO DE REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) – Atividade de exploração de depósitos minerais de argilas especiais (caulino) e areias siliciosas localizada na área no interior do pedido de concessão de exploração MN/PC/DI/01/10 – Conhecimento. -----

- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, para dar informações sobre o ponto: que o que está a ser feito é a ser comunicado o parecer da Direção Geral da Energia e Geologia, que em reunião de conferência decisória, de várias entidades em particular a APA / ARH Tejo e Oeste, a Câmara de Alcobaça / Câmara da Nazaré e a própria Direção Geral de Energia e Geologia. Que, o que está em causa é um pedido de interesse público solicitado pela Sarbloco e que já há bastante tempo, final do primeiro mandato, a Câmara deu um parecer provisório / favorável, que passava por algumas condições, desde logo que houvesse um estudo de impacto ambiental sancionado pela APA, que acede em que a Empresa passasse a ser no Concelho da Nazaré, que houvesse investimento na ordem dos vinte milhões e que tivesse um mínimo de vinte e cinco funcionários. Que o processo se tem alongado e que tem mais uma etapa em que basicamente fica por provar, e que convida todos a que acompanhar o parecer da Direção Geral de Energia e Geologia na página 8 em que a dada altura no topo diz Câmara Municipal da Nazaré e o parecer desfavorável dado a esse parecer. Que a empresa não cumpriu com todas as exigências da Câmara Municipal, e que a Câmara Municipal através do representante na reunião, ficou a saber que a empresa vendeu – fez sessão contratual do negócio sem nunca ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL. 26

informado a Câmara. Que, enquanto não estiverem cumpridas as premissas estabelecidas, não existe interesse e que terá de ver com os serviços se esta falta de informação, não faz cair o próprio processo. Que, não pode deixar de expressar o seu descontentamento por todo o desencadear do processo. -----

Tomado Conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR. -----

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e três horas e quarenta e sete minutos o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente minuta de ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----
